

Economia Brasil

# Sem Saída

A apresentação do Orçamento da União do ano 2000 ao Congresso reafirmou o compromisso do governo com a austeridade. Mas a transparência inédita e louvável da peça orçamentária também deixou claro a reduzida margem de manobra na execução dos gastos públicos. O Executivo dispõe de liberdade para usar como quiser apenas 2% a 3% dos recursos. Tudo o mais já está com aplicações definidas, pela Constituição e pelas emendas dos deputados.

Evidentemente, com tal camisa-de-força e diante do quadro geral que pede austeridade para retorno das contas públicas aos parâmetros aceitos na comunidade das nações responsáveis em matéria de finanças públicas é óbvio que o governo corre o enorme risco de operar a maior parte do ano sem dinheiro para atender emergências, geradas por problemas climáticos, ou de ordem social ou econômica.

É dever da Câmara dos Deputados, cujos integrantes foram eleitos para atuar como representantes do contribuinte, examinar detidamente a proposta orçamentária, avaliar se há inconsistências, escassez de recursos para área prioritárias, e, principalmente, zelar pelo estrito cumprimento das metas fixadas.

Entretanto, diante dos grandes números do Orçamento, o Congresso recebe uma incumbência a mais para a reforma tributária: é preciso a reavaliação urgente dos gastos e das fontes de recursos que abastecem, mediante a arrecadação de impostos, o setor público brasileiro, do qual o Orçamento da União é a peça mais importante e transparente.

Todos clamam pelo aumento nos gastos na área social, nomeadamente para educação, assistência médica, saneamento básico, habi-

tação popular, transporte de massa, reforma agrária e combate à pobreza. É inaceitável, no entanto, que os gastos do Orçamento para o atendimento das demandas básicas da sociedade fiquem aquém dos gastos que a União tem com as altas aposentadorias do serviço público.

A soma dos gastos com educação, saúde, saneamento básico e reforma agrária chega a R\$ 35 bilhões, pouco mais 15% do Orçamento para o ano 2000. Entretanto, o excesso de gastos sobre as contribuições previdenciárias do serviço público consumirá R\$ 16 bilhões, superando os R\$ 14 bilhões da área da Saúde. Trata-se de constatação inaceitável, que remete à urgência do aprofundamento da reforma da previdência social, para corrigir privilégios socialmente injustos e indefensáveis.

Se o Brasil clama pela assistência às crianças, visando à formação de um povo mais sadio e capaz no século 21, não é possível que boa parte dos recursos arrecadados a duras penas pela sociedade (que paga carga tributária equivalente a 32% do Produto Interno Bruto), fique em mãos da minoria privilegiada de funcionários públicos que acumularam ganhos na aposentadoria acima do teto salarial da ativa, que é de R\$ 10.800.

As cabeças mais articuladas do Congresso precisam dar prioridade a essa questão. Sobre tudo porque ela envolve outras importantes reformas como a administrativa, para enquadrar as despesas do funcionalismo no limite constitucional (60% das receitas líquidas) e na moldura das demandas da sociedade, e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, para dar mais responsabilidade aos gestores de dinheiro público.